

SIMPÓSIO 8

TERRITÓRIOS CONTESTADOS DE PRÁTICAS TRANSIDIOMÁTICAS: *PERSPECTIVAS CONTRA- HEGEMÔNICAS DECOLONIAIS E PÓS-COLONIAIS PARA DESINVENÇÕES E RECONSTITUIÇÕES DA “LÍNGUA PORTUGUESA”*

O propósito deste simpósio é congrega pesquisas que apresentem reflexões teóricas ou análises empíricas que, sob perspectivas críticas decolonialistas e/ou pós-colonialistas, abordem de forma problematizadora o conceito de “língua portuguesa”, assim como outras categorias e conceitos hegemônicos a ela correlatos, instituídos nos diferentes contextos do processo colonial, bem como em seus desdobramentos contemporâneos, geradores de panoramas socioculturalmente complexos em diferentes territórios, como os são, por exemplo, os dos povos indígenas, africanos e/ou afrodescendentes, asiáticos, populações diaspóricas, migratórias e de fronteiras. Nessa perspectiva, são esperadas contribuições que abordem sob diferentes ângulos as interseções entre identidades pós-coloniais e as línguas, fluxos migratórios e as línguas, especialmente trabalhos que buscam apresentar ou compartilhar o ponto de vista de quem experiencia ou experienciou esta língua como povo colonizado, migrante ou fronteiriço, assim como possíveis formas de apropriações e resistências às imposições, coerções e normatizações linguísticas.

COORDENAÇÃO

André Marques do Nascimento

Universidade Federal de Goiás
marquesandre@yahoo.com.br

Joana Plaza Pinto

Universidade Federal de Goiás
joplazapinto@gmail.com

A ÁFRICA TOMA A PALAVRA

Josiley Francisco de SOUZA (FaE-UFMG)¹⁴⁰

Resumo: A arte de contar histórias sempre fez parte da vida humana e, por muito tempo, foi uma atividade essencial das sociedades para garantir a manutenção de memórias e saberes. Um dos lugares onde essa arte se faz presente com vigor é o continente africano. As expressões poéticas da tradição oral têm sido apontadas por diferentes pesquisadores como traço distintivo das culturas africanas. Em terras brasileiras, também é possível encontrar a permanência dessa arte verbal oral e, em muitas narrativas, a África toma a palavra e promove inscrições de uma forte presença de línguas do grupo banto na língua portuguesa.

Palavras-chave: Cultura afrobrasileira. Arte verbal oral. Língua portuguesa.

1. Introdução

Este texto foi elaborado a partir de um *corpus* constituído de uma base de dados que totaliza mais de 300 contos de tradição oral, registrados em diferentes regiões do Brasil, e cerca de 150 contos orais registrados em Angola e Moçambique. Todos esses contos foram publicados em livro no período compreendido entre o final do século XIX e início do XXI.

O *corpus* foi inicialmente constituído na pesquisa de pós-doutorado da Prof^a Sônia Queiroz, da Faculdade de Letras da UFMG, que realizou um levantamento de contos orais registrados em livro no Brasil, em Angola e Moçambique, entre os quais é possível perceber contatos e diálogos por intermédio do enredo das narrativas. Nessa pesquisa, intitulada *Minas afro-descendente: histórias da tradição banto*, Sônia Queiroz investigou diálogos e ressonâncias entre contos da tradição oral registrados em Angola, Moçambique e no estado de Minas Gerais. O levantamento mais amplo realizado pela pesquisadora foi disponibilizado para minha pesquisa de doutorado, intitulada *Do canto da voz ao batuque da letra: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG. No desenvolvimento dessa pesquisa de doutorado, foram localizados e acrescentados alguns novos contos ao *corpus*.

Atualmente, na Faculdade de Educação da UFMG, desenvolvo a pesquisa *Vozes africanas nas Américas: a palavra banto em contos orais afrobrasileiros e afrocubanos*,¹⁴¹ que tem o objetivo de estudar ressonâncias e relações transculturais entre contos de tradição oral publicados em livro no Brasil, em Cuba, Angola e Moçambique. Essa pesquisa, em fase inicial, busca identificar os modos de contatos transtextuais entre esses contos por intermédio da análise comparativa de enredos, personagens e palavras inscritas nas narrativas que indicam remanescentes de línguas e culturas banto. A partir desse estudo, pretende-se desenvolver propostas didático-pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura que explorem

¹⁴⁰Josiley Francisco de Souza é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG). É Mestre em Literatura Brasileira, pela UFMG, e Doutor em Literatura Comparada pela mesma Universidade. Desenvolve pesquisa com enfoque em expressões poéticas de tradição oral. E-mail: josiley8@yahoo.com.br

¹⁴¹ Optou-se aqui por grafar a palavra *afrobrasileiro* e seus derivados sem o uso do hífen, contrariando a ortografia prevista, por exemplo, no VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras). A partir da sugestão da etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, a escolha por essa grafia se justifica por acreditar-se que a palavra *afrobrasileiro*, ao invés de *afro-brasileiro*, expressa melhor as presenças africanas na cultura brasileira. Devido às inúmeras e importantes contribuições de expressões culturais africanas na constituição da cultura brasileira, torna-se importante desconsiderar uma separação entre *afro* e *brasileiro*. Pelo mesmo motivo, justifica-se a grafia de *afrocubano*.

contos de tradição oral africanos, afrobrasileiros e afrocubanos. Com isso, atualmente, esse *corpus* vem sendo ampliado, sobretudo, com a inclusão de contos orais registrados em Cuba.

2. Os contatos entre línguas africanas e língua portuguesa nos contos

A busca por vocábulos africanos nos contos orais registrados em terras brasileiras foi orientada pela identificação de palavras de provável origem africana não totalmente incorporadas ao léxico da língua portuguesa falada no Brasil.¹⁴² Dentre as palavras de origem africana que integram o português brasileiro, existem muitas totalmente incorporadas à língua, cuja origem africana não é percebida pela maioria dos falantes.¹⁴³ Conforme observa Yeda Pessoa de Castro (2005, p. 25), várias palavras de origem africana já se encontram documentadas na língua literária desde o século XVII, por exemplo, na poesia de Gregório de Matos. A pesquisadora também destaca o fato de que muitas palavras de línguas banto substituem palavras de sentido equivalente da língua portuguesa, como: *corcunda* por *giba*, *moringa* por *bilha*, *molambo* por *trapo*, *xingar* por *insultar*, *cochilar* por *dormitar*, *bunda* por *nádegas*, *dendê* por *óleo-de-palma*, *marimondo* por *vespa*, *carimbo* por *sinete*, *cachaça* por *aguardente* (CASTRO, 2005, p. 27).

Dentre os vocábulos totalmente incorporados ao léxico do português brasileiro, Yeda Pessoa de Castro (2005, 28) chama a atenção para a palavra *caçula*, única conhecida e usada pelos brasileiros para se referir ao filho mais jovem de uma família. Nesse caso, pode-se observar a ausência do uso do correspondente em língua portuguesa: *benjamim*.

Desse modo, buscou-se identificar nos contos da tradição oral brasileira vocábulos cuja origem africana não passe despercebida. Ou seja, palavras que nas narrativas podem provocar uma espécie de estranhamento e chamar a atenção da maioria dos falantes do português brasileiro. Graças a isso, tais palavras contribuem para que se perceba nas narrativas uma evidente inscrição de vozes e culturas negro-africanas.

Nessa perspectiva, os contos orais registrados no Brasil revelaram 80 narrativas que apresentam cerca de 260 palavras de provável origem africana. Desse total, 75% foram identificadas como de origem banto.¹⁴⁴

Ao se analisar a ocorrência dessas palavras nos contos, foi possível perceber que 70% desses vocábulos se destacam em duas situações nas narrativas: em nomes de personagens e em cantos que se intercalam às histórias.

A ocorrência de palavras de provável origem africana em nomes de personagens destaca-se nas histórias dos encantados. Os encantados são seres que se manifestam em diferentes regiões do Brasil, em práticas religiosas como a pajelança, umbanda e candomblé. Os encantados apontam para um entrecruzamento de culturas em terras brasileiras, em que se revelam variados contatos e diálogos, tanto de culturas africanas quanto ameríndias.

¹⁴²O levantamento de palavras de provável origem africana no corpus mencionado foi realizado durante o desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado em Literatura Comparada.

¹⁴³O pesquisador Emílio Bonvini (2008, 101) chama a atenção para o fato de que o número de vocábulos de origem africana incorporados à língua portuguesa falada no Brasil é estimado entre 3 mil e 4 mil.

¹⁴⁴As línguas do grupo banto são apontadas por pesquisadores como as línguas de presença mais significativa nos contatos estabelecidos entre língua portuguesa e línguas africanas no Brasil. Dentre as línguas banto, as pesquisas apontam três como aquelas que tiveram maior número de falantes no Brasil: quimbundo, umbundo e quicongo. A utilização do termo *banto* para designar uma família linguística foi feita, pela primeira vez, por Wilhelm Bleek, em 1862. Na primeira gramática comparativa das línguas banto, o linguista alemão usou esse termo para designar várias línguas oriundas de um mesmo tronco, chamado *protobanto*, falado há cerca de três ou quatro mil anos. A utilização do termo *banto*, cujo significado é ‘homens’, plural de *muntu*, foi motivada pela observação feita por Bleek de que essa família de línguas se caracteriza pelo emprego do prefixo *ba-* para indicar plural. As línguas banto compreendem uma família de 300 línguas faladas na região africana subsaariana.

Conforme observam Raymundo Maués e Gisela Villa corta (2004, p. 17-18), na região da Amazônia, dois encantados se destacam: Cobra Norato, personagem que se tornou famoso em virtude do poema do gaúcho Raul Bopp, e o Rei Sebastião, cuja origem remonta à história de Portugal.

É importante destacar que os encantados não devem ser confundidos com espíritos. Esses seres são considerados pessoas que não morreram, mas que se encantaram e foram levadas para lugares distantes por outros encantados. Dessa forma, em muitos locais, acredita-se que pessoas desaparecidas podem ter se transformado em encantados (MAUÉS, 1992, p. 204).

Nas publicações que reúnem registros de contos de tradição oral feitos no Brasil, os encantados se destacam em *Os mitos africanos no Brasil: ciência do folk-lore*, livro do baiano Souza Carneiro, lançado em 1933. O pesquisador publicou dezoito histórias de desencantados: Quibamba (ou Chibamba), Aquilão Grilo, Gunocô, Dudu Calunga, Corumba, Mandus, Tutu Zerê, Tutu Moringa, Corumba (ou Calunga-Ngombe), Quipongo e Quibungo.

Verifica-se no nome desses personagens a presença de palavras banto. Em *quibamba* ou *chibamba*, por exemplo, é possível identificar a junção de *mbamba* – cujo significado em quimbundo e quicongo é ‘autoridade, mestre em qualquer assunto’ – ao prefixo *ki-*, que, nessas línguas, confere sentido aumentativo ou depreciativo (CASTRO, 2001, p. 166; 322). Desse modo, está expresso no próprio nome desse personagem sua principal característica, já que o Quibamba se destaca por sua força. Entre os encantados ele é caracterizado como o mais poderoso, aquele que detém o maior poder de operar mutações em sua forma e, por isso, aparece frequentemente como um líder entre esses seres.

Dentre esses encantados, merece destaque o Quibungo, personagem de um ciclo de narrativas registradas no Brasil por diferentes pesquisadores. O Quibungo, geralmente, amedronta; é uma espécie de bicho-papão, com uma enorme boca nas costas por onde engole crianças e, em algumas narrativas, aparece sob diferentes formas e denominações. Esse personagem surge como um lobo fantástico, um cão selvagem ou como um ser antropomórfico e é chamado também de Bicho Pondê, Bicho-Homem, Titi-Maruê e Bicho Cumujarim.

No tempo do quibungo, menino não podia sair à noite sozinho. O quibungo andava ao redor das casas, gemendo: – hum! hum! hum! Quando encontrava algum menino, pegava para comer.

Havia uma mulher que tinha uma filha. A menina gostava muito de sair todas as noites para andar abaixo e acima, pela casa dos parentes e dos vizinhos. A mãe dela sempre dizia:

– Minha filha, não saia de casa de noite, que o quibungo lhe pega e lhe come!... (MAGALHÃES, 1960, p. 241-242).

Diferentemente dos outros encantados, cujas ocorrências se concentram nos registros de Souza Carneiro, realizados na Bahia, o Quibungo é encontrado em registros de contos orais realizados no estado de Minas Gerais.

Segundo Yeda Pessoa de Castro (1978), a publicação de narrativas do ciclo do Quibungo foi iniciada em *Contos populares brasileiros*, de Lindolfo Gomes, cuja primeira edição é de 1918. Nesse livro, foi publicado “O Bicho Pondê”, conto registrado pelo próprio autor em Minas Gerais, no município de Juiz de Fora.

No *corpus* mencionado anteriormente, existe ainda mais uma ocorrência de narrativa do Quibungo registrada em Minas Gerais: “História do Chibungo”, registrada em Araçuaí, em 1978, por Francisco van der Poel, o Frei Chico, e publicada em *O rosário dos homens pretos*, em 1981.

O folk-lore no Brasil, de Basílio de Magalhães, publicado pela primeira vez em 1928, reúne sete contos do ciclo do Quibungo. Nesse livro, foram publicadas seis narrativas registradas

por João da Silva Campos na região do Recôncavo Baiano: “A menina e o Quibungo”, “O Bicho Cumujarim”, “Titi-Maruê”, “O Bicho-homem”, “A aranha caranguejeira e o Quibungo” e “O Quibungo e o menino do saco de penas”. Ainda nessa obra, há “O Quibungo e o filho Janjão”, registrado pelo próprio Basílio de Magalhães na cidade de Salvador.

Nina Rodrigues registrou dois contos do ciclo do Quibungo – “O Quibungo e o homem” e “O Quibungo e a cachorra” –, publicados em *Os africanos no Brasil*, que teve sua primeira edição lançada em 1933. Esses contos foram registrados também em Salvador, no final do século XIX.

Ainda mais três contos do ciclo do Quibungo – “Quibungo-rei”, “Quibungo Alaiberu” e “Quibungo na festa da aranha” – foram registrados por Souza Carneiro e publicados em *Os mitos africanos no Brasil: ciência do folk-lore*. A exemplo das narrativas de outros encantados publicadas pelo pesquisador, os registros desses contos também foram feitos no Recôncavo Baiano.

Além desses registros, alguns acompanhados de análise das narrativas do ciclo do Quibungo, esses contos mereceram a atenção de pesquisadores que se dedicaram ao estudo da cultura de tradição oral no Brasil, como Arthur Ramos que, em *O folclore negro do Brasil*, dedicou um capítulo – “Os contos do Quibungo e o ciclo da transformação” – a esse ciclo de histórias, e Luís da Câmara Cascudo, que publicou um estudo intitulado “Quibungo”, em *Geografia dos mitos brasileiros*. Em todos os estudos do ciclo do Quibungo, é unânime a filiação dessas narrativas à África. No entanto, o termo *quibungo* levantou discussões acerca de sua origem.

Nina Rodrigues, em *Os africanos no Brasil*, atribuiu os contos do ciclo do Quibungo à cultura banto. Para ele, a história desse personagem estaria ligada à própria história dos povos africanos da família linguística banto.

É para notar que na língua Lunda o lobo é chamado *chibungo*.

Mas, para ter-se uma idéia exata da concepção popular da entidade Quibungo, é preciso ir mais longe e remontar à história dos povos bantos.

Buscando penetrar no significado preciso do termo *quimbundo*, escreve Major Dias de Carvalho:

“Sem nos importar agora a origem dos povos da região central do continente africano, o que me parece não oferecer já dúvida alguma é que daí vieram os povos por diferentes emigrações para a costa ocidental, e lá encontramos o vocábulo *cabunda*, mas com um significado que não é bem o *bater* de Cannecattim, que me parece melhor tornar conhecido tal como me foi explicado. Suponha-se um grupo de homens armados, que vêm de longe sem ser esperados a uma terra estranha; os povos desta, atemorizados por gente que lhes é inteiramente desconhecida, fogem-lhe, ou humilhados e surpreendidos sujeitam-se às suas imposições. Aqueles, esfomeados, a primeira coisa de que tratam é de correr imediatamente às lavras e devastar tudo para comerem, e em seguida vão-se apossando do que encontram, incluindo mulheres e crianças. Se lhes convém a terra, estabelecem nela a sua residência permanente: senão seguem o seu caminho.

A ação que esse grupo praticou chamam *cumbundo*, e a cada indivíduo que faz parte do grupo, *quimbundo*, o que eu creio ter interpretado bem por *invadir, invasor*.”

Da idéia e dos sentimentos de terror e desprezo, inspirados pelo quimbundo invasor, talando de surpresa os campos e roubando crianças e mulheres, associados à idéia e ao terror inspirados pelo lobo, *chibungo*, nasceu evidentemente na imaginação popular a concepção dessa entidade estranha – o Quibungo, que os bantos transmitiam às nossas populações do Norte e nelas persiste agora, mesmo após o desaparecimento dos povos em que teve origem (RODRIGUES, 1982, p. 204-205).

A partir do estudo dos contos registrados por Nina Rodrigues, com o acréscimo de outros registros feitos na Bahia, Souza Carneiro, em *Os mitos africanos no Brasil: ciência do folk-lore*, criticou a filiação dessas narrativas à cultura banto e associou esse personagem à cultura iorubá. O pesquisador estabeleceu relação entre as palavras *quibungo* e *mungo*; esta última, cujo sentido é ‘rinoceronte’, foi considerada por ele de origem iorubá. De acordo com Souza Carneiro, *quibungo* foi “um termo que serviu aos nagôs para, defendendo o seu totem, o rinoceronte – *mungo*, feito, na Língua Geral Africana, *Quimungo* e logo chamado *Quibungo* –, humilharem, por todos os meios, todos os bantos, especialmente aqueles que tinham o *Quibungo* – lobo – por totem” (CARNEIRO, 1937, p. 288).

Em estudo publicado no final da década de 1970, Yeda Pessoa de Castro destacou a presença da cultura banto nas narrativas desse personagem. A pesquisadora apontou equívocos na análise de Souza Carneiro e mostrou que a palavra *mungo* tem, na verdade, origem banto.

A palavra *quibungo* vem do étimo banto MBUNGU, a hiena, o cão selvagem, com prefixo nominal classe 7 que dialetalmente pode ser KIouCHI, sendo que o prefixo CHI pode dar uma ideia depreciativa ou pejorativa ao sentido da palavra, e às vezes também aumentativa.

Na África banto, entre os bacongo (Zaire, República Democrática do Congo e Angola) e entre os ambundo (Angola), embora a forma XIMBUNGO, de pronúncia dialetal, seja menos frequente do que QUIBUNGO, ambas ocorrem para designar um ente fantástico com as mesmas características e propósitos do QUIBUNGO do recôncavo baiano.

[...]

Acontece, porém, que “mungo” não é étimo iorubá, mas banto, e vem de MUNGO que, a depender da diferenciação estabelecida pelos acentos tonais – as línguas também são línguas tonais –, significa rinoceronte ou dorso, costas, nesse último caso a raiz encontrada na palavra MONGONGO e em BICHO MONGONGO, que por decalque em português passou a ser BOCA NAS COSTAS, denominações que Souza Carneiro e só ele registra para o QUIBUNGO na Bahia, provavelmente correntes na região do Recôncavo e na cidade de Salvador, áreas onde ele realizou suas pesquisas (CASTRO, 1978, p. 19-20).

Yeda Pessoa de Castro (2001, p. 212) também informa sobre a existência de descrições, feitas em território africano banto, de um ser de mesmo nome e com as mesmas características do Quibungo registrado em terras brasileiras. Essas descrições foram realizadas no final do século XVII, pelo padre João António Cavazzide Montecuccolo, em *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*.

A pesquisadora também chama a atenção para o significado de ‘pederasta’, que é atribuído à palavra *quibungo* no Brasil. Segundo Yeda Pessoa de Castro (2001, p. 112), uma vez que esse nome é resultado da junção do prefixo nominal *ki-*, que pode indicar aumentativo, mas também pode acrescentar uma conotação depreciativa ao substantivo *mbungu* – ‘lobo, cão selvagem’ –, o sentido de pederasta teria sido favorecido no Brasil pela imagem do lobo que come crianças do mundo europeu.

É interessante observar a ocorrência desse vocábulo, com o sentido destacado por Yeda Pessoa de Castro, na obra de Jorge Amado. No trecho abaixo, por exemplo, extraído de *Gabriela, cravo e canela*, o vocábulo aparece com sentido observado pela pesquisadora baiana.

Na Papelaria Modelo, João Fulgêncio e Nhô-Galo desfilavam hipóteses. O cozinheiro, pelo jeito e pelos olhares lançados a torto e a direito, era decididamente invertido. Tratar-se-ia de um crime torpe? Andava rondando Chico Moleza. O delegado interrogou o jovem garçom que se danou:

— Gosto é de mulher!... Não sei nada desse chibungo. Outro dia quase lhe meto o braço, ele se fez de besta.

Quem sabe, talvez tivesse sido vítima de gatunos, Ilhéus hospedava numerosos malandros, vigaristas, batedores de carteira, gente pouco recomendável fugida da Bahia e de outras praças. Substituíam agora os jagunços na paisagem humana da cidade. O delegado e os soldados bateram o porto, o Unhão, a Conquista, o Pontal, a ilha das Cobras. Nacib mobilizou seus amigos: Nhô-Galo, o sapateiro Felipe, Josué, os garçons, vários fregueses. Reviraram Ilhéus, sem resultado (AMADO, 2001, p. 350).

Ainda outros sentidos da palavra *quibungo* foram registrados por Nina Rodrigues. Na época de suas pesquisas, ele observou que a palavra *quibungo* era usada pela população baiana com diferentes sentidos: ‘diabo’, ‘feiticeiro’, ‘indivíduo desasseado’, ‘maltrapilho’, ‘ser estranho’ ou ‘animal selvagem’ (RODRIGUES, 1982, p. 204).

As discussões que ocorreram acerca da origem do nome do personagem Quibungo acabam por apontar para uma realidade de pesquisas dedicadas à presença de línguas e culturas africanas no Brasil. Como observou Sônia Queiroz (1998, p. 26-27), há uma grande dificuldade para se determinar as origens dos africanos escravizados trazidos para o Brasil. Essa dificuldade se deve à falta de documentos históricos e ao fato de a escravidão ter homogeneizado os povos africanos, o que provocou a perda da noção de grupos étnicos.

Por isso, estudiosos que se dedicaram ao estudo da presença dos negros africanos em terras brasileiras, muitas vezes, incorreram em equívocos. Um desses equívocos foi provocado pelo que Yeda Pessoa de Castro (2001, p. 53) denomina de “continuismo metodológico”. Esse “continuismo metodológico” deu-se a partir da publicação, em 1933, do livro *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues. Nesse livro, publicado postumamente, o pesquisador destacou a presença dos povos oeste-africanos na Bahia, um fato novo para a época, ao estudar terreiros de candomblé em Salvador. Na época da pesquisa de Nina Rodrigues, havia uma predominância dos povos iorubá na capital baiana em virtude de sua introdução numerosa e recente durante o período do tráfico ilegal, a partir de 1813. Posteriormente, outros pesquisadores, entre eles nomes importantes como Roger Bastide e Pierre Verger, contemplaram os mesmos terreiros focalizados na obra de Nina Rodrigues (CASTRO, 2001, p. 50-51).

Uma das consequências desse “continuismo metodológico” foi uma divisão do Brasil, ao se abordar a presença dos africanos, destacando-se os povos nagô-iorubá na Bahia e banto no restante do Brasil (CASTRO, 1980, p. 5). A atenção voltada para os povos nagô-iorubá também acabou por gerar outras ideias equivocadas, como a tendência a se “interpretar os aportes africanos no Brasil através de uma óptica iorubá, mesmo quando não o são” (CASTRO, 2001, p. 53). Com isso, o termo *nagô*, por exemplo, foi usado frequentemente como sinônimo de africano ou de qualquer língua africana.

Yeda Pessoa de Castro (1978, p. 54) também observa que esse “continuismo metodológico” contribuiu para reforçar estereótipos em torno de uma suposta inferioridade dos povos banto, uma vez que apenas a presença de povos oeste-africanos era destacada.

A análise dos contos com ocorrência de palavras de origem africana, sobretudo os contos dos encantados, contribui para que tais equívocos sejam questionados e se evidencie a significativa presença banto na língua e cultura brasileiras. Tal presença pode ser evidenciada por intermédio do próprio vocabulário dos contos orais registrados no Brasil que compõem o *corpus* já mencionado, em que, conforme informado anteriormente, prevalecem termos de línguas banto, especialmente das línguas quimbundo, umbundo e quicongo.

3. Diálogos transculturais

Percebe-se, assim, por intermédio do personagem Quibungo, um movimento dinâmico de diálogos transculturais em que a língua portuguesa assume matizes variadas, em que é possível observar a persistência de vozes historicamente silenciadas. Tais vozes, por intermédio de personagens como o Quibungo, podem tomar a palavra e inscrever memórias e histórias de sujeitos forçados a habitarem um novo território, uma nova cultura, uma nova língua.

Desse modo, no lugar de uma imposição da cultura do colonizador e, conseqüentemente, do silenciamento de expressões culturais autóctones, emerge o dinamismo da transformação e da apropriação nos contatos entre diferentes línguas e culturas em terras brasileiras. Nesses contatos, destacam-se relações de transculturação que, conforme o conceito cunhado por Fernando Ortíz (1978) na análise da sociedade cubana, promovem o trânsito e os múltiplos processos de intrincadas transmutações no diálogo de diferentes culturas. Por intermédio desse diálogo transculturador, torna-se possível a persistência de vozes negro-africanas diante das tentativas de imposição de uma cultura estrangeira.

É interessante perceber que esse movimento dinâmico de apropriações e transformações no encontro de diferentes culturas desenvolve-se já em terras africanas desde os primórdios do período colonial. Como observou Appiah (1997, p. 25-26), os colonizadores nunca detiveram o pleno controle sobre as tradições do continente africano. Segundo o filósofo de Gana, a maioria dos africanos que viveu durante o período colonial pôde perceber uma persistência de suas próprias tradições em eventos sociais, como funerais, e na prática de expressões artísticas, como na música e na dança. Nessa persistência, instaurava-se uma espécie de conspiração: se, por um lado, o colonizador procurava, por exemplo, estigmatizar as religiões africanas, por outro, os africanos ocultavam o desdém pelo cristianismo europeu por intermédio de fusões e transformações de ideias religiosas em solo africano.

Em terras brasileiras, a presença de vocábulos e personagens como o Quibungo fazem com que a língua portuguesa seja atingida pelo próprio encantamento das narrativas orais. Essa língua é, assim, encantada por uma espécie de africanização que faz com que ela também ganhe matizes afrobrasileiras.

É interessante destacar que essa africanização da língua portuguesa pode ser observada na própria literatura escrita em países africanos lusófonos. Muitas vezes, tal africanização acontece por intermédio da inclusão de vocábulos de origem africana no texto escrito, a exemplo do que ocorre nas narrativas de tradição oral. Tal recurso é encontrado, por exemplo, na obra de escritores como o moçambicano Mia Couto, que, no seu exercício poético, afirma produzir textos em que brinca, namora e possui a língua portuguesa, transformando-a e a tornando africana (Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=118>>). Nos livros de Mia Couto, muitas vezes são incluídos glossários, como em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, ou notas, como em *Antes de nascer o mundo*, que informam o sentido de vocábulos africanos que aparecem nos textos.

No documentário *Língua: vidas em português*, o próprio Mia Couto destacou a existência de uma vivacidade na língua portuguesa surgida do seu contato com diferentes terras e lugares. Segundo o escritor moçambicano, nesse contato, o português “perdeu o dono” e foi apropriado e transformado por falantes de novas terras, “namorando”, “casando” e “sujando-se” na poeira de lugares como Moçambique.

Já o angolano Manuel Rui também aborda essa africanização da língua portuguesa ao observar a possibilidade de uma transgressão das normas instauradas no idioma por intermédio de sua posse e de seu aperfeiçoamento.

Mas transgredir é possuir a língua. Como mulher amada. Com e muito, com ou sem e muito sem as regras de uma gramática que sempre se afigurou finita aos olhos do invadido sedento de norma, mas pelo interdito.

Só que nesta ludicidade da fala e da escrita ou da escrita e da fala, nesse desaperefeioamento aparente, vamos aperfeioando a vida da língua, das falas e das escritas. Também, quem é invadido para ser desaperefeioado tem o direito a se desinvadir para aperfeioar (Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=118>>).

Assim, no encontro entre língua portuguesa e línguas africanas, observa-se não o impacto de uma língua sobre a outra, mas a possibilidade de uma convivência baseada em trocas, conforme observou Emilio Bonvini (2008, p. 103). Nessa convivência, diferentes culturas não se isolam em espaços estanques e são permeadas por contatos e diálogos num exercício transculturador que permite descobrir ressonâncias de línguas e culturas afrobrasileiras em contos de tradição oral registrados no Brasil.

Referências Bibliográficas

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. 85. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

APPIAH, Kwane Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BONVINI, Emílio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, Jorge Luiz; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

CARNEIRO, Antonio Joaquim de Souza. *Os mitos africanos no Brasil: ciência do folk-lore*. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 2002.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR. *Pasta de textos da professora e do professor*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005. Disponível em: <<http://www.sme.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Contos populares da Bahia: aspectos da obra de João da Silva Campos*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1978. [separata]

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os falares africanos na Bahia: um vocabulário afrobrasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia*. Salvador: UFBA/Centro de Estudos Baianos, 1980 (Série Centro de Estudos Baianos, 89).

COUTO, Mia. *Perguntas à língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=118>> Acesso em: 5 jul. 2010.

LÍNGUA: vidas em português. Direção: Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, Sambascope; Odivelas: Costa do Castelo Filmes, 2004. 1 DVD (105 min.), son. color.

MAGALHÃES, Basílio. *O Folclore no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1960.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Catolicismo popular e pajelança na região do Salgado: as crenças e as representações. In: SANCHIS, Pierre (Org.). *Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela. Pajelança e encantaria amazônica. PRANDI, Reginaldo (Org.). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

ORTIZ, Fernando. Del fenomeno social de la “transculturación” y de su importancia en Cuba. In: _____. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Col. Raíces)

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

RUI, Manuel. *Da escrita à fala*. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=118>> Acesso em: 5 out. 2011.

SOUZA, Josiley Francisco de. *Do canto da voz ao batuque da letra: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

“A GENTE” NO LUGAR DE UM ELEMENTO PRONOMINAL PERDIDO

Denize Elena Garcia da SILVA (UnB)¹⁴⁵

Resumo: O objetivo do estudo é aproximar respostas para questões que demandam a busca de fatores de ordem histórica e de natureza discursiva, bem como sintática e semântica, responsáveis pela “cristalização” de *a gente* como uma locução pronominal, formada a partir de um sintagma constituído de artigo mais substantivo/nome. Trata-se de um fenômeno linguístico diante do qual procuro traçar um caminho reflexivo que principia no nível discursivo – dimensão mais ampla que faz da língua um contrato social e que me permite sondar contextos de cultura e de situação, bem como condições socio-históricas de produção – até tangenciar a dimensão da interioridade do sistema linguístico.

Palavras-chave: Nível discursivo. Contexto. Variação. Mudança. Gramaticalização.

1. Introdução

Buscar o porquê de a expressão “a gente” preencher a lacuna de um sistema linguístico do português brasileiro (PB), deixada pela interrupção de uso de um elemento gramatical – pronome pessoal indefinido –, perdido já na esteira do tempo do português europeu (PE), pode parecer, à primeira vista, um desafio que foge aos interesses imediatos de analistas do discurso. Isso, porque há uma tendência de estudos críticos do discurso em privilegiar, mas não de modo exclusivo, o lado da linguagem como prática social, onde se encontram imbricadas questões de poder e ideologia. Não obstante, entre os vários traços da sintaxe de uma língua, como bem observa van Dijk (1999, p. 256), “os pronomes constituem talvez a categoria gramatical mais conhecida da expressão e manipulação das relações sociais, do status e do poder, e, portanto, das ideologias subjacentes”. Daí surge uma das vigas de sustentação do escopo central do presente trabalho.

Nessa perspectiva, postular uma hipótese atrevida, porém formulada com prudente esforço, pode resultar um efeito instigante, bem como salutar, para a geração de novos linguistas. O propósito que move as ideias aqui apresentadas repousa na certeza de ser o tema enfocado – a pronominalização de “a gente” – uma semente fértil, não só para o campo atual dos estudos críticos do discurso, sobretudo, os conjugados com a gramática diacrônica, mas também para campos de pesquisa pertinentes a cinco áreas, assim elencadas por Castilho (2010, p. 209): (i) Linguística de *corpus*, (ii) História social, (iii) Mudança gramatical, (iv) Léxico histórico, e (v) Diacronia do texto e das tradições discursivas. Expor pontos de vista teóricos que refletem uma linha de pensamento voltada para a possibilidade de convergência, bem como de relativa congruência, de modelos teóricos que embasam a trajetória da ciência na rota dos estudos da linguagem, significa explicitar caminhos de aproximação entre discurso e gramática, conforme já discuti em Silva (2005, p. 37). Dirijo-me, aqui, não só aos teóricos funcionalistas, que na busca de universais de usos se dedicam à pesquisa de fenômenos linguísticos a partir de sua exterioridade (discurso), mas também aos linguistas que, desde a perspectiva gerativista, concentram-se na investigação voltada para o interior da linguagem, enquanto propriedade mental da espécie humana. A propósito, devo esclarecer que o presente estudo ancora-se nas ideias semeadas por Marcuschi (2006, p.10), para quem

¹⁴⁵Universidade de Brasília. Brasília (DF), Brasil. E-mail: denizelena@gmail.com

“a percepção de que o fenômeno linguístico é suficientemente complexo para caber em visões teóricas monolíticas já é bastante consensual na comunidade acadêmica da área”.

Nessa perspectiva, o objetivo principal deste estudo é aproximar respostas para questões que demandam a busca de fatores de ordem histórica e de natureza discursiva, bem como sintática e semântica, responsáveis pela “cristalização” da locução pronominal *a gente*.¹⁴⁶ Trata-se de um fenômeno linguístico diante do qual procuro traçar um caminho reflexivo que principia no nível discursivo – dimensão mais ampla que faz da língua um contrato social e que me permite sondar contextos de cultura e de situação, bem como condições sócio-históricas de produção – até tangenciar a dimensão da interioridade do sistema linguístico.

O estudo encontra-se dividido em quatro seções, além da presente introdução. Na primeira seção, enfoco de maneira sucinta trabalhos anteriores, bem como estudos recentes, voltados não só para mudanças observadas já na passagem do latim para as línguas românicas, mas também para mudanças registradas na variedade do português brasileiro (PB), em contraste com o português europeu (PE), nos primeiros séculos da colonização no Brasil. A segunda consiste na apresentação de pressupostos teórico-metodológicos pertinentes à gramaticalização de “a gente”, seguida da apresentação da hipótese formulada para o presente trabalho. A terceira envolve a discussão da hipótese que baliza os caminhos escolhidos, bem como a retomada de duas com o propósito de uma aproximação a respostas possíveis. Antes das considerações finais, apresento desafios, bem como sugestões, para pesquisas futuras.

2. Em busca das raízes do pronome pessoal indefinido da gente

De modo geral, gramáticas histórico-comparativas costumam listar as formas pronominais indefinidas da seguinte maneira: *se* para o português, *si* tanto para o espanhol quanto para o italiano e *on* para o francês. Mas resulta que, no português, a partícula *se* é categorizada como símbolo de indeterminação do sujeito e não sujeito pessoal indefinido. Outro fato gramatical que, a meu ver, sugere uma variação semântica, com consequência de mudança na forma, ocorre no espanhol que tem para o sujeito pessoal indefinido a partícula *uno*.

Apreciemos os seguintes enunciados em português, espanhol, italiano e francês:

- (i) Assim como **a gente** falará de promessas...
- (ii) Tal como **uno** hablará de promesas...
- (iii) Proprio como **si** parla della promessa...
- (iv) Tout comme l'**on** parlera de la promesse...

Os elementos gramaticais em negrito, no grupo anterior de exemplos, permitem sugerir *grosso modo* que houve variações em nível discursivo - tanto no português quanto nas outras três línguas românicas -, seguidas de mudanças, muitas das quais podem ser identificadas na gramática das respectivas línguas. Tais mudanças, objeto de conhecimento dos estudos filológicos, começaram na esteira do tempo desde o latim vulgar. Podemos reconhecê-las, ainda que de maneira aproximada, como resultados de águas em deriva que perpassaram, em ondas cíclicas, todas as marés de discursos do passado. Nas palavras de Lausberg (1974, p. 19), “todos os discursos, tanto os de uso único, pragmáticos, quanto os de uso repetidos, literários”.

¹⁴⁶Sugere Odete Menon (1996:623) que houve uma “cristalização” da forma *a gente* quando o termo passou, então, a assumir um caráter pronominal, uma vez que já “não poderia mais sofrer expansão ou concordância, ou receber adjetivação ou determinação”.

Em seu livro *Rudimentos de filologia românica*, João Ribeiro (1914), informa que, já no baixo latim, o substantivo *homem* era empregado como uma forma de se indeterminar o sujeito. Sugere o referido filólogo que as línguas românicas teriam herdado tal uso do substantivo na denominada indeterminação do “agente do verbo”. Assim é que a gramática histórica do português permite-nos identificar o vocábulo *homem* (lat. clássico *homine*) com o valor tanto de substantivo quanto de pronome indefinido. Em *Pontos de Gramática Histórica*, Ismael Coutinho (1973, p. 262) - ao destacar um exemplo colhido em Sá Miranda: “Dês que *homem* nasce té que morre” -, ressalta o caráter de arcaísmo no emprego de *homem* como indefinido. Não obstante, a presença do pronome pessoal indefinido é registrada em outras variantes como: *homem/ome* (port.), *hombre/ ome* (espanhol), *uomo* (italiano), *homme/on* (francês), *om/hom* (provençal), bem como *omul* no valáquio, conforme registra Ribeiro, mencionado anteriormente.

Cabe, aqui, registrar que, enquanto no francês houve uma tendência a empregar o item gramatical *on* com um traço semântico de forma indefinida (o que se mantém até nos dias de hoje), no português, ocorreu uma interrupção desse valor. Resulta, então, que, num tempo real e de longa duração, a forma *ome* perdeu, na língua portuguesa, o seu valor quanto ao uso como pronome substantivo indefinido, cessando um possível processo de gramaticalização. Mas eis que outra forma lexemática surge para tomar o seu lugar. Trata-se do substantivo coletivo “gente” que, além de competir com o pronome pessoal do caso reto “nós”, por um lado, carrega, por outro, o traço de indeterminação semântica, o que o teria levado a preencher um lugar vago no sistema deixado pelo pronome indefinido *ome*, cujo valor de identidade indefinida começou a desaparecer, já desde o português do século XVI, paralelo às mudanças em nível fonético na seguinte direção: *homem* > *home* > *ome*. (SILVA, 2008).

Estudos realizados por Lopes (1999, 2003) explicitam de maneira detalhada, mediante uma criteriosa análise de dados (do português arcaico ao português contemporâneo), a presença de “a gente” no sistema pronominal da língua portuguesa, inserção caracterizada pela autora como um processo de mudança em tempo real de longa duração. Por outro lado, sugere a referida pesquisadora a possibilidade de se adotar “uma proposta teórico-metodológica eclética”, o que se coaduna com a direção tomada no presente estudo. Em suas palavras, “flexibilizar a aplicação de diferentes correntes linguísticas (Funcionalismo, Gerativismo e Teoria da Variação) pode contribuir, no que tange à inserção de novas formas no sistema pronominal, para uma descrição mais eficaz da gramática do português” (LOPES, 1999, p. 4).

Ressalte-se que Carlos Franchi (2000), em comunicação pessoal durante uma palestra proferida na Universidade de Brasília, chamou a atenção para o fato de a expressão *a gente* já fazer parte do sistema pronominal das crianças brasileiras. Conforme já discutido em Silva (2008, p. 88), pode-se acrescentar que também no discurso das pessoas adultas esse processo de gramaticalização torna-se cada dia mais evidente, pelo uso corrente e recorrente dessa locução pronominal na fala da gente, mesmo em contextos formais.

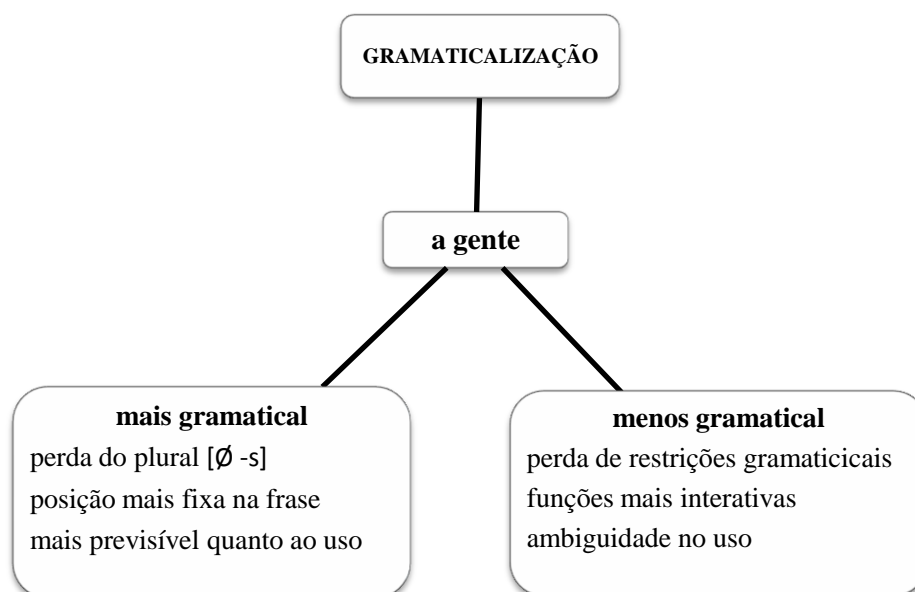
3. Pressupostos teórico-metodológicos: caminhos para uma hipótese

Dentro de uma perspectiva funcionalista, Martellota, Votre e Cezario (1996, p. 206), com base em resultados de análise sobre fenômenos linguísticos que ocorrem no português do Brasil, sugerem que o processo de gramaticalização se desenvolve através das funções da linguagem de acordo com a seguinte escala nos moldes hallidayanos: função ideacional > função interpessoal > função textual.¹⁴⁷ Em Silva (2003, p. 62), comento que se trata, de fato,

¹⁴⁷Na perspectiva da Linguística Sistêmico Funcional (LSF), teoria proposta por Halliday (1994), dois propósitos gerais, ou macro funções, subjazem a todos os usos da linguagem: entender o contexto (função ideacional), bem

de uma comparação essencialmente metafórica, como sugerem os referidos autores, uma vez que implica uma transferência de domínios conceptuais mais concretos para domínios menos concretos.

Proponho outra comparação ilustrativa para sintetizar o processo de gramaticalização em foco. O gráfico que apresento, a seguir, envolve pressupostos teórico-metodológicos básicos que auxiliam na identificação de um item gramaticalizado, ou em processo de gramaticalização, razão pela qual pode ser interpretado como uma espécie de movimento pendular, porque passa do processo da locução pronominal *a gente* com relação a traços linguísticos sinalizadores, que oscilam entre o “mais gramatical” ao “menos gramatical”. Essa acepção de movimento pendular pode ser considerada como um processo contínuo, regular e previsível, como sugerem os resultados do estudo de Lopes (1999) com relação à gramaticalização de *a gente* nas variedades do português.



A meu ver, apesar do equilíbrio alcançado no nível sintático, em termos de previsibilidade de traços formais, tais como a perda definitiva do plural [Ø-s] e posição sintática mais fixa, bem como maior previsibilidade em termos de uso, o emprego corrente e recorrente do termo parece oscilar ainda no nível semântico-discursivo, visto que ora a locução pronominal *a gente* exhibe o traço [+EU] incluindo o falante, o que favorece o envolvimento com o(s) outro(s) na interação, ora carrega um sentido genérico, dando margem à interpretação da ausência do traço [Ø-eu], o que parece favorecer a pessoa que fala, como se fosse um traço semântico de neutralidade, imprimindo um grau de distanciamento do falante com o seu discurso, como uma estratégia de não-comprometimento com a própria palavra.

Por outro lado, dentro de uma perspectiva linguístico-discursiva-crítica, vislumbro nesse traço semântico de neutralidade uma forma de apagamento de identidades, diante de situações resultantes de práticas sociais coercitivas principalmente, como as que ocorreram com escravos africanos no contexto colonial brasileiro. Com respeito à possibilidade de uma influência de falantes de línguas africanas no português do Brasil (PB), encontro respaldo nas palavras de Torres Moraes (2006, p. 114): “as precárias condições de aquisição do português por parte dos negros e seus descendentes configuram uma situação de contato, com as consequentes mudanças na experiência linguística que será o *input* para as próximas

como atuar nele com o outro (função interpessoal), o que se concretiza por meio de uma terceira função (textual), ou seja, o texto como mensagem estruturada para atender a propósitos comunicativos.

gerações”. Entre as observações da autora, destaco a precariedade no que concerne ao processo de aquisição de uma segunda língua, a do colonizador, configurada, no caso, em uma variedade de uso muito distanciada dos padrões cultos de usos vernáculos. Refiro-me, ainda, ao que a referida autora sugere como “português geral brasileiro, do qual teria decorrido o português popular brasileiro, adquirido na oralidade e de forma imperfeita e difundido pelo território nacional pela maciça presença dos negros” (2006, p.115). Trata-se de uma presença que, apesar de maciça, poderia continuar historicamente no anonimato, em termos de falantes em situação de aquisição de segunda língua (no caso, a do dominador), ou quando muito uma presença mencionada na literatura, nas crônicas de grandes escritores, referentes às condições de sofrimento e iniquidades imputadas a uma raça.

Porém, de modo paralelo às observações de Moraes Torres, buscar a história do PB levando em consideração as situações de contato pode significar, a meu ver, novos caminhos que nos conduzam a gramáticas rudimentares, como as que possivelmente foram assimiladas a duras penas pelos escravos, seja por meio de estruturas emergenciais subjacentes na oralidade da voz de ordem dos capatazes junto às senzalas, ou nos comandos dentro dos porões dos “navios negreiros”. A gramaticalização de *a gente* pode ter raízes no período da colonização, uma vez que há registros de seu uso a partir do século XVI, o que será explicitado adiante. Por hora, permito-me formular a seguinte hipótese:

O processo de gramaticalização da locução pronominal *a gente* no português brasileiro (PB) encontra-se relacionado a situações interacionais assimétricas, em que se deu a aquisição de segunda língua em idade adulta, por falantes de línguas crioulas no contexto do Brasil Colônia.

Trazer à tona raízes históricas de um fenômeno linguístico tão denso envolve três perguntas: 1) *que caminhos teóricos podem ser trilhados para aclarar, de maneira congruente, os possíveis fatores externos (discursivos) e internos (estruturais) que contribuíram para o processo de gramaticalização da locução “a gente” e sua inserção no quadro pronominal do português do Brasil (PB)?*; 2) *por que a “escolha” de *a gente* e não de outro item lexical pleno?* 3) *por que não houve a formação de *a gente* apenas aqui no Brasil (PB), uma vez que parece haver a presença desse emprego pronominal em Portugal(PE)?*. Buscar-se-á aproximar respostas para tais questões ao longo das seções apresentadas a seguir.

4. A possibilidade de uma influência de línguas africanas no português da gente

Antes de discutir a possibilidade de uma influência de línguas africanas no tocante ao percurso histórico em que emergiu a expressão *a gente*, cabe apreciar as seguintes considerações pontuais de Lopes (1999, p. 67-68), em sua tese doutoral:

Pode-se, em suma, estabelecer um paralelo entre os dois fenômenos: a pronominalização interrompida de *homem* e a gramaticalização de *a gente*. No percurso histórico de *gente*>*a gente*, verificou-se que o processo de pronominalização do substantivo *gente* foi lento e gradual, uma vez que só foram localizadas ocorrências de *a gente* como pronome no século XVIII. Ressalte-se que, a partir do século XVI, localizaram-se mais intensamente exemplos em que a forma *a gente* apresenta *ambigüidade interpretativa*, ou seja, em que tanto pode ser considerada sinônimo de “pessoas”, quanto variante de *nós*.

No português arcaico, a forma *a gente* não era empregada como pronome. É nesse período que se processa a gramaticalização do substantivo *homem* (*om'ne*>*omen*>*ome*), que tem seu ciclo de fluxo diacrônico interrompido no século XVI, quando deixa de ser empregado como pronome indefinido no português. Cabe ressaltar que, no período arcaico, embora seja apenas utilizada como substantivo, a forma *gente* perde gradativamente a

subespecificação de número na medida em que se pronominaliza, ou seja, perde uma das principais propriedades do substantivo, que é a presença do traço de número formal.

Pois bem, saltemos do paralelo tão bem estabelecido por Lopes para considerações pertinentes a condições de interação socialmente assimétricas. Trata-se de focar outra espécie de subespecificação, de ordem semântico-pragmática. Resulta que, se por um lado, concordo que a gramaticalização da forma *a gente* se deu pelo traço formal de perda de plural (traço que configura uma das principais propriedades do substantivo), por outro lado, vislumbro a possibilidade de os escravos africanos, num tempo real e de longa duração, terem deixado na língua adquirida (superstrato) a marca de submissão, reforçada pelo traço da indeterminação semântica, mas, sobretudo, pela condição de exclusão a que estavam relegados: a de não-lugar em termos de invisibilidade e desigualdade, pelas condições coercitivas de vida a que foram submetidos no período da colonização.

Uma observação a mais se faz necessária. Ao que parece, o item lexical *gente* passou do latim para as línguas românicas um sentido mais amplo no uso do termo como equivalente a 'raça', 'família', 'nação'. A propósito, desde a perspectiva dos estudos críticos do discurso (ADC), sugere van Leeuwen (1997, p. 199) que a indeterminação "anonimiza" um ator social. Pode-se ponderar que a literatura da área da história social parece tangenciar essa questão na indeterminação quase sempre por meio de uma generalização, uma vez que costuma fazer referência não ao indivíduo (ator social), mas a uma classe (escravos), a uma raça (negros) e a uma nação (africanos).

Quanto a esse sentido mais amplo no emprego da expressão *a gente*, conforme me lembrou Couto (2012), em comunicação pessoal, no crioulo da Guiné-Bissau, a palavra 'ginti' (em alguns dialetos pronunciada [djinti]) significa algo como 'as pessoas', 'o pessoal'. Acerquemo-nos do seguinte exemplo: *Tudugintitapapiakuma el i susukorson!* ("Toda gente fala que ele é de sujo coração"). Desde um ponto de vista formal, cabe ressaltar que a tradução das palavras isoladas nos permite observar que o núcleo do sintagma nominal *ginti/djinti* 'pessoa', 'gente', precedido do quantificador universal - *tudu* 'tudo', sugere uma generalização. O elemento gramatical *ta* atua como 'partícula que indica ação habitual' de um processo, no caso, *papia* 'falar'; *kuma* 'que'; *el* 'ele/ela'; *i* 'forma de 3a. pessoa, que vem antes do verbo, repetição de 'ele'; *susu* equivale a 'sujo'; e *korsona* 'coração' ('*susukorson*' significa algo como 'não é boa gente'). A presença de um traço genérico de indefinição semântica no crioulo da Guiné-Bissau aguça o interesse de pesquisa sobre o tema, o que demanda a necessidade de abrir o leque de reflexão mediante a busca da palavra de estudiosos de outras correntes teóricas.

5. Desafios

Para Lucia Lobato (2006, p. 73), desde uma perspectiva gerativista, "a formação do português do Brasil foi resultado do contato maciço com falantes de outras línguas". Para contrastar com sua proposta, a autora examina aspectos distintos que ela considera essenciais em trabalhos de reconhecidos pesquisadores, tais como a proposta de Naro e Scherre (2000), defensores da hipótese de que o processo diacrônico de variação encontra-se já na expansão de estruturas presentes no português europeu (PE) que veio para o Brasil no período colonial.

Em termos de uma outra de acercamento analítico às questões acima destacadas, sugere Lobato a existência de uma diferença crucial entre as estruturas do português brasileiro (PB) e o português europeu (PE). Nesse sentido, Lobato (2006, p. 73) enfatiza sua posição com as seguintes palavras: "em Portugal, elas são esporádicas e muitas vezes ligadas a fatores lexicais ao passo que no Brasil as estruturas ganharam sistematicidade". Como Naro e Scherre (2004), propõe Lobato que, no caso do Brasil, não houve claramente uma língua crioula, mas,

sim, uma deriva do português no território brasileiro. Trata-se de uma posição teórica acatada e respeitada no âmbito do presente estudo.

Se refletirmos sobre o processo pendular de gramaticalização de *a gente*, depois de um processo de discursivização que se deu na boca de falantes de línguas africanas aprendendo português como L2, desde os porões dos navios negreiros até a abolição da escravatura, podemos seguir com as indagações desdobradas nas duas perguntas: por que a “escolha” de *a gente* e não de outro item lexical pleno?; por que não houve a formação de *a gente* apenas aqui no Brasil (PB), uma vez que parece haver a presença desse emprego pronominal em Portugal(PE)?

Aproximar respostas a essas questões complexas exige investigar o processo pendular também no PE para detectar diferenças de uso que possam ser relacionadas às origens dessa forma aqui e além mar. Nessa perspectiva, pode-se partir da proposta de Sherre e Naro (2000), para aproximar respostas às questões reformuladas acima. Em primeiro lugar, pode-se ponderar que o PE já teria na estrutura da forma *a gente* o germe para a sua pronominalização. Isso implicaria, em segundo lugar, reconhecer que a aquisição do português como L2 por falantes africanos teria acelerado o movimento pendular contínuo de gramaticalização no PB, ou, em outros termos, disparado o gatilho da mudança linguística, cuja semente estaria latente em uma forma original herdada do PE.

6. Considerações finais

Os primeiros resultados do estudo permitem-me afirmar que a hipótese de uma criouliização do português brasileiro pode ser afastada. Mas a possibilidade de os escravos africanos terem deixado na língua adquirida (superstrato) a marca de submissão deve ser mantida e explorada. Trata-se de uma marca linguístico-discursiva, reforçada pelo traço da indeterminação semântica, devido à condição de exclusão a que estavam relegados os escravos. No decorrer do processo de pesquisa, a intenção de buscar caminhos de aproximação entre discurso e gramática foi-se tornando viável, sobretudo, para discutir o processo de gramaticalização de *a gente* como pronome pessoal indefinido. A interação de vozes de estudiosos da linguagem - cujas posições, embora sinalizem pontos de vista aparentemente distantes no que concerne ao enfoque da linguagem - permitiu-me alinhá-los em termos de possibilidade de convergência, seja pela intertextualidade e interdiscursividade de seus textos, seja pela relativa congruência de ideias que embasam a trajetória da Linguística moderna na rota dos estudos da língua gemem duas dimensões (exterioridade e interioridade). Com as palavras de Bakhtin (2002, p. 282) - para quem “a língua penetra na vida através de enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” -, deixo abertos caminhos de trabalho para aqueles que realizam suas pesquisas no âmbito dos estudos críticos do discurso, dimensão que faz da língua um contrato social.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *M. Marxismo e filosofia da linguagem*. Tra. M. Lahud e Y. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. Escrevendo gramáticas do português brasileiro no sé. XXI. In: C. de M. de Araújo e outros. *Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas*. Homenagem a Socorro Aragão, São Luís: EDUFMA, p. 207-223, 2010.

COUTINH, Ismael. *Pontos de gramática histórica*, 6ª ed. Ver. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.

GIVON, Talmy. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HALLIDAY, M. *Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 1994.

LAUSBERG, Henrich. *Linguística Românica*, 2a ed.. Trad. M. Ehrhardt e M. Lisa Scherman. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

LOBATO, M. Lucia P. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil, 54-86. In: Silva, D.E.G. (org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editora, 2006.

LOPES, Celia R. S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico* (1999). Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 1999.

_____. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português*. Frankfurt/Madri. Vervuert/Iberoamericana, vol. 18, 2003.

MARTELOTA, Mario; VOTRE, S.; CEZARIO, M. O paradigma da gramaticalização. In: M. Martellota et al.(orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 45-75.

MENON, Odete. A gente: um processo de gramaticalização. In: *Estudos Linguísticos*. XXV Anais de Seminários do GEL. Taubaté: UNITAU, pp. 622-628, 1996.

NARO, Antony. e SCHERRE, M. Marta. Sobre as origens do português popular do Brasil: *D.E.L.T.A.* N. 9. Número especial, p. 437-454, 2000.

RIBEIRO, João. *Rudimentos de filologia românica*. Riode Janeiro: Ozon Editor, 1914.

SILVA, Denize E.G. *Percursos filológicos: nas trilhas das línguas românicas*. Goiânia: Cãnone Editora, 2008.

_____. (org.) *Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras, 2005.

_____. Gramática e contexto na perspectiva funcional do discurso. In: Denize E.G. da Silva et al.(orgs.). *Estudos de linguagem: inter-relações e perspectivas*. Campo Grande: MS: Ed. UFMS, p. 71-84, 2003.

_____. (org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editora, 2006.

MARCUSCHI, Luiz A. Prefácio, p. 9-11. In: Silva, D.E.G. (org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editora, 2006.

MORAES, Maria A.C.R.T. Aspectos diacrônicos do sistema pronominal no português brasileiro, p. 113-123. In: Silva, D.E.G. (org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editora, 2006.

VAN DIJK, A. Teun. *Ideologia: um enfoque multidisciplinario*. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN LEEUWEN, Teun. A representação de atores sociais, cap. 5, p. 169-222. In: Pedro, E.R. (org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho S.A. 1997.